

MANUAL DIDÁTICO PARA A COMPREENSÃO DA PRECARIZAÇÃO DA PRÁXIS DOCENTE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO ESTADO DO CEARÁ NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

MARIA ELLY KRISHNA DOS SANTOS PEREIRA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
• SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO.....	4
• TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	9
• EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – AS EEEPS DO ESTADO DO CEARÁ.....	13
• PRECARIZAÇÃO DA PRÁXIS DOCENTE NAS EEEPS DO ESTADO DO CEARÁ.....	23
• NOTAS CONCLUSIVAS:	
• A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS.....	31
• QUARO SÍNTESE.....	33
SOBRE O PROFEPT.....	34
BIBLIOGRAFIA.....	35

APRESENTAÇÃO

O presente manual consiste em um produto educacional para conclusão do Mestrado em Educação profissional e Tecnológica – PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Fortaleza. Este material apresenta os resultados da pesquisa sobre a precarização do trabalho docente nas escolas estaduais de ensino profissionalizante - EEEP's do estado do Ceará no contexto da crise estrutural do capital. Compreendemos que em meio ao processo de reestruturação produtiva o mundo do trabalho e a educação sofrem alterações para atender aos anseios do Capital. Desta forma, o trabalho docente, assim como todas as demais formas de trabalho, vivencia na atualidade um aprofundamento da precarização.

Entretanto nas EEEP's este processo de precarização apresenta algumas características próprias relacionadas ao seu modelo de gestão. No contexto da crise estrutural do capital a educação adquire grade relevância na administração da crise e formação de mão-de-obra adaptada às novas exigências do mercado. As transformações no processo produtivo são assimiladas pela educação através da implementação de políticas públicas orientadas pelo Banco mundial e muitas vezes desconhecida pela categoria docente. As práticas pedagógicas e concepção de educação em vigor

nas escolas não neutras, e na vigência do capitalismo se apresentam carregadas de intencionalidade e cumprem um papel ideológico de suma importância.

Nossa hipótese é que nas EEEP's a adoção do ideário escola-empresa compele os docentes lotados nestas instituições a um tipo de precarização ainda mais profunda, pautado na captura da subjetividade na perspectiva das exigências mercadológicas do Capital em crise. Neste sentido este material didático objetiva propiciar a conscientização sobre os mais novos mecanismos de exploração e precarização do trabalho docente, na perspectiva de construção de resistências.

“Este material didático objetiva propiciar a conscientização sobre os mais novos mecanismos de exploração e precarização do trabalho docente, na perspectiva de construção de resistências” .

SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

O QUE O TRABALHO TEM A VER COM ISSO?

O ser humano compõe o reino animal assim como tantas outras espécies. E como tal, retiram da natureza todos os recursos imprescindíveis para sua sobrevivência. Estabelece-se uma relação de interação e obtenção de recursos entre o reino animal e o meio ambiente. Originalmente o ser humano desenvolve uma relação dependência em relação aos

recursos disponíveis na região onde habita.

Na fauna mundial não faltam exemplos de animais que realizam atividades complexas e que podem à primeira vista, ser confundida com as capacidades e ações humanas. Entretanto, por mais elaboradas que sejam estas ações animais, tratam-se ainda de ações instintivas realizadas sempre nos mesmos moldes. Não é observado um processo evolutivo na realização destas atividades. Em oposição, às ações humanas que são carregadas de intencionalidade e amparadas em um crescente aprendizado.

A ação humana sobre a natureza se diferencia das demais interações estabelecidas no reino animal pela sua intencionalidade. A prévia ideação permite ao ser humano antecipar em seus pensamentos o resultado de seus atos, permitindo, portanto, corrigir erros e tornar as ações mais precisas antes mesmo de realizá-la. A esta mediação entre ser humano e natureza chamamos: trabalho. O trabalho permitiu a humanidade garantir sua sobrevivência através da retirada e transformação dos recursos naturais, e mais ainda, permitiu que o humano se tornar-se humano através do processo histórico de autoconstrução. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das

determinações

meramente

biológicas (LESSA, 2016).

A problemática imediata da sobrevivência e autopreservação são sanadas pela realização do trabalho enquanto ação transformadora

“O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.” (MARX, 1999, p. 31)

do meio e da própria subjetividade humana, através do desenvolvimento do raciocínio, aprendizagem e interação social. Assim, ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1999, p.11). Sabemos que a obtenção dos meios essenciais para a sobrevivência foi e ainda é uma tarefa fundamental da humanidade. A forma como esses meios são obtidos é que sofrem profundas transformações no decorrer da história num processo constante de aprendizagem e inovação.

São diversas as categorias constitutivas do ser social – linguagem, educação, ética, religião, arte e etc.- mas advém do trabalho seu salto ontológico, é através do trabalho que o ser humano supera as determinações da natureza. A essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua auto atividade (LUKÁCS, 2012, p.34).

A sobrevivência do ser humano está relacionada a um processo evolutivo no qual são superados o uso limitado dos recursos naturais e a constante transformação deste meio torna-se uma realidade. A criação possibilitada pelo uso da racionalidade e posta em prática pelo trabalho representa a libertação da humanidade em relação às determinações do meio natural.

A este fenômeno Marx denomina de Metabolismo Social, termo originalmente usado pelas ciências naturais no que diz respeito às trocas entre os seres vivos e o ambiente. Nesta ordem a produção material é orientada pelos valores e uso. Sendo estes a utilidade que cada coisa assume na vida social, essa utilidade se transforma uma vez que a humanidade vai descobrindo os múltiplos usos dos recursos a sua volta, num processo histórico de aprendizagem bem como no desenvolvimento de necessidades cada vez mais complexas de serem saciadas.

Inicialmente no Metabolismo Social estão em voga as mediações de primeira ordem, caracterizadas pelo entendimento do ser humano enquanto parte da natureza e tendo sua preservação atrelada ao intercâmbio com a mesma. As mediações de primeira ordem têm, portanto, um caráter histórico-ontológico.

E O TRABALHO NOS DIAS ATUAIS?

O metabolismo social sofre transformações históricas se complexificando com o desenvolvimento das técnicas, mas principalmente em suas características fundamentais com o advento da sociedade de classes. Na vigência do capitalismo o sistema de metabolismo social, além da divisão da sociedade em apenas duas classes diametralmente opostas, altera profundamente a relação entre ser humano e natureza, originalmente responsável por saciar das necessidades de sobrevivência e pela produção do ser social.

O trabalho no capitalismo mantém seu caráter de mediação entre ser humano e natureza, mas adquire um aspecto diferenciado, antes ontológico e produtor de humanidade, agora estranhado e desumanizador. O trabalho que desenvolvia as capacidades humanas sob o domínio do capital tolhe ao trabalhador o desenvolvimento de suas potencialidades, esvazia o corpo e a alma.

Sob o modelo de produção fordismo/taylorismo, o trabalho sofre uma dissecação em uma gama de procedimentos e atividades aparentemente desconexas, com o objetivo de

retirar do trabalhador o domínio do conhecimento sobre a produção. O artesão que outrora sabia confeccionar bolsas ou sapatos, como assalariado passa a realizar atividades repetitivas como cortar sempre o mesmo tipo de peça ou pregar repetidamente o mesmo tipo de botão. A implementação da esteira rolante, em uma tentativa de racionalização da organização do trabalho, trouxe uma imensa intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho (RIBEIRO, 2015, p.69).

Ainda neste modelo de produção o trabalhador é cooptado pelo apelo ao consumo e ao estilo de vida resultante da ultrapassagem do fordismo/taylorismo para as demais esferas da vida social. É necessário particularizar o tempo de cada atividade cotidiana, e se espera que sejam produtivas e apresentem resultados.



Imagem disponível em <https://escolaeducacao.com.br/henry-ford/fordismo-3/>

A subsunção das necessidades humanas à expansão do capital adquire novas características com o advento da crise estrutural do capital, uma vez que se modificam as formas de ser e existir no mundo do trabalho. Essa crise é caracterizada pela diminuição da taxa de lucro, em outras palavras, é a diminuição da capacidade do capital de acumular riquezas. As repercussões desta crise são perceptíveis não apenas no mundo do trabalho, mas em todas as demais esferas da vida social que

dele se desmembram. O declínio da qualidade de vida e aumento dos índices de violência, o aprofundamento das desigualdades sócias e do desemprego estrutural, o avanço de problemas ambientais de grande magnitude são alguns dos aspectos destrutivos do capital em crise.

A busca pela reestruturação tem início na década de 1980 com a adoção do modelo Toyotista, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009).



Imagem disponível em <http://www.novidadesautomotivas.blog.br/2013/10/linha-de-montagem-de-henry-ford.html?m=1>

O toyotismo introduz a prática da gerência participativa na qual os trabalhadores são estimulados a apresentar propostas para a melhoria da produção. Desta maneira a exploração do *savior-faire* do trabalhador é facilitada pela cooptação, pelo

envolvimento ilusório criado pela suposta diminuição da separação entre elaboração e execução. Antunes (2009) alerta para a manutenção desta separação, visto que a decisão relativa ao o quê e como produzir não pertence aos trabalhadores, assim como os resultados desta produção não são por eles usufruídos.

“É preciso destacar que esse contexto de crise estrutural do capitalismo não foi desencadeado somente pela incapacidade de continuidade do modelo de acumulação até então vigente (taylorismo-fordismo), mas porque representou algo muito maior e mais profundo, relacionado ao forte desenvolvimento das contradições e fragilidades do próprio sistema, que, por sua vez, revelam as possibilidades de interromper sua continuidade. [...] (ANES, 2008, p.112)” .

O toyotismo atua sobre a consciência do trabalhador de forma fazê-lo crer na existência da empresa enquanto extensão da família, em um ambiente onde todos colaboram e crescem juntos. A exploração do trabalhador ocorre desta maneira, de forma mais consensual do que no fordismo/taylorismo, tendo em vista o caráter manipulatório no modelo toyotista e de sua inserção na subjetividade do trabalhador.

Sob o modelo toyotista a classe trabalhadora se complexifica e fragmenta. Os novos mecanismos introduzidos na produção, na perspectiva de recuperação da crise em curso, resultam no aprofundamento da exploração e precarização do trabalho. A palavra de

ordem flexibilização, embora usada como alusão a um mundo do trabalho mais dinâmico e simplificado, na verdade significa o aumento do desemprego estrutural e retirada de direitos trabalhistas.

Os processos e transformações no mundo do trabalho contemporâneo, sob a égide do Toyotismo, na prática resultam na diminuição do operário fábri, no aumento do subproletariado, do trabalho no setor terciário e no aprofundamento do desemprego estrutural, tendo em vista o aumento do número de atividades realizado por cada trabalhador e a cooptação da subjetividade do trabalhador ao ambiente de trabalho possibilitando uma



Imagem disponível em <https://pericciar.com.br/blog/o-que-e-toyotismo/>

exploração do trabalho mais passiva. A figura do trabalhador polivalente e multifacetado possibilita o aumento da produtividade com a diminuição de mão de obra.

TRABALHO E EDUCAÇÃO

TRABALHO E EDUCAÇÃO: QUAL A CONEXÃO?

Trabalho e educação são atividades que acompanham o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social. Nas comunidades primitivas, a educação se dava na realização rotineira das atividades, na observação dos mais velhos, num processo em que os saberes eram transferidos e construídos espontaneamente. Estava em vigor o trabalho como princípio educativo, e as atividades práticas cotidianas eram responsáveis por ensinar e possibilitar que os indivíduos se apropriassem dos conhecimentos

“Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.” (SAVIANI, p.3, 2007)

acumulados pelo grupo no qual estava inserido.

Com o advento da agricultura e pecuária e consequente aumento da produção de alimentos, resultando no surgimento do excedente, ocorre uma mudança na constituição das sociedades primitivas com sérias repercussões no trabalho e educação. É a partir da apropriação dos meios de produção por uma parte minoritária da sociedade e, consequentemente da divisão deste grupo em classes sociais antagônicas que o trabalho e a educação se fragmentam. De um lado os que trabalham, e aprendem a realizar a produção; de outro lado os que não trabalham (proprietários/dirigentes), que aprendem sobre ciências e artes.

Na Grécia antiga, com o escravismo, a cisão da educação se expressa em uma educação para homens livres (os denominados cidadãos e que beneficiados pelo seu status na sociedade não realizavam o trabalho e se formavam enquanto dirigentes em um processo educativo sob a tutela dos filósofos) e uma educação para os escravos (não sistematizada e adquirida no próprio ato do trabalho). E nesse contexto, temos o surgimento da escola, como materialização desta dicotomia. O próprio significado da palavra Escola, do grego *scholé* que significa lugar de descanso (ócio), anuncia o caráter segregador visto que este espaço era usufruído apenas pelos que tinham direito ao ócio, em outras palavras aos proprietários de escravos. Na Idade Média, o desmembramento da educação se mantém expresso na fórmula: educação para a classe dominante versus educação para a classe dominada.

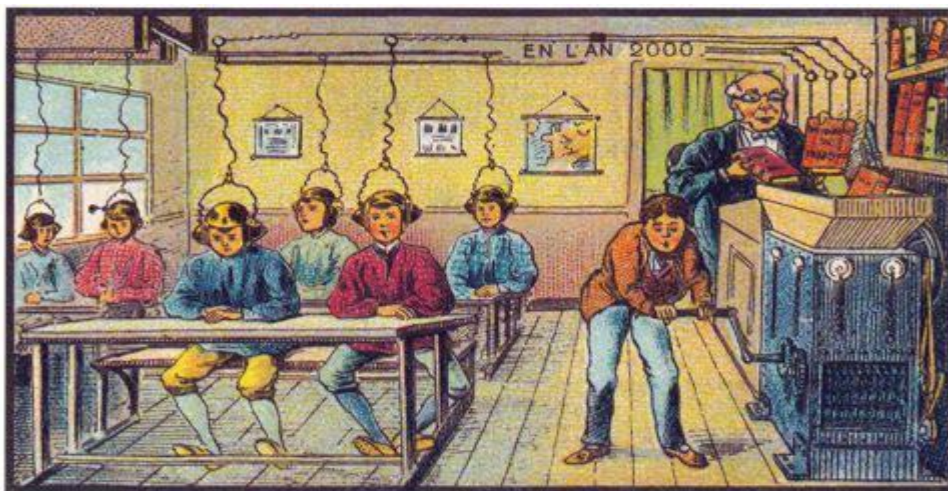


Imagem disponível em <https://envolverde.cartacapital.com.br/quando-escola-deixar-de-ser-uma-fabrica-de-alunos/>

No capitalismo a educação se torna um terreno fértil para a inculcação ideológica do modelo de vida social imposto pelo capital, bem como treinamento e adequação dos indivíduos para a inserção no mundo do trabalho e da acumulação capitalista. Nesse sentido não existe neutralidade na educação e o ser social não atua livremente neste meio, ao contrário são reproduzidos na escola mecanismos de controle semelhantes ao da fábrica. A escola torna-se o espaço de naturalização de comportamentos e rotinas que serão necessários no espaço da fábrica.

Notadamente, isso pode ser observado nas sirenes escolares que anunciam o início e término das aulas e intervalos, no ordenamento das carteiras nas salas de aulas, na hierarquia presente no ambiente escolar, na estipulação de metas e prazos a serem cumpridos, entre outros.



Imagem disponível em <http://consciencia.blog.br/2014>

Sabe-se que a crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica (Mészáros, 2002) e suas tensões atingem diretamente a educação, que no sistema capitalista é usada como mecanismo de conformação social e formação de mão-de-obra. Uma das funções principais da educação formal em nossa sociedade é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (Mészáros, 2005).

Esse processo se consolida através da implementação das diretrizes para a Educação elaborada pelo Banco Mundial, diretrizes essas que muitas vezes são desconhecidas pela categoria docente, mas que impactam diretamente em suas atividades. Sobre esta questão Saviani (2001) reflete que muitas vezes os professores não tem sequer um vislumbre de dúvida quanto ao 'trabalho' que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os

obriga a fazer, pior, dedicam-se inteiramente e em toda a consciência a realização deste trabalho.

No Brasil, o Banco Mundial é principal financiador de projetos no setor educacional para viabilizar as reformas que definem políticas de gestão e financiamento da educação, condicionando a liberação de seus recursos a medidas como a redução dos gastos públicos, a desregulamentação dos mercados, a abertura econômica e a privatização das empresas estatais, com o papel de reduzir o papel de intervenção social do Estado (SOUSA, 2014).

“O Banco Mundial traça uma proposta educacional voltada aos interesses e necessidades do mercado de trabalho: daí a ênfase no ensino fundamental como fato relevante de retorno para o crescimento econômico do país, para melhoria da qualidade de vida e para a redução da pobreza. Entretanto, o Banco Mundial aponta que a demanda de educação no contexto de economia globalizada deve ser a formação que possibilite ao trabalhador o desenvolvimento da capacidade de aprender, para que este possa se adequar com facilidade às aceleradas transformações do mundo do trabalho.” (CRUZ, 2003, p.68)

A crescente desobrigação do estado em relação ao financiamento da educação reflete diretamente nos discursos de apelo a uma maior participação dos pais e comunidade nos assuntos escolares, em especial em iniciativas relacionadas à prestação de serviços solidários de manutenção da estrutura. O estímulo ao desenvolvimento de parcerias com ONGs e iniciativas de autofinanciamento e até mesmo cobranças de algumas taxas fazem parte deste contexto.

Subvertida em uma aliada para recomposição da taxa de lucro do capital em crise, a educação é usada como meio de treinamento da força de trabalho nos limites impostos pelas necessidades do mercado. Trata-se de uma oferta de saberes que é circunscrita a execução de ações que tornem o trabalhador empregável, sem abertura de grandes

perspectivas de mobilidade social ou ainda de desenvolvimento de uma consciência de classe.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
AS EEEP'S DO ESTADO DO CEARÁ

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PARA QUÊ E PARA QUEM?

No Brasil, a educação é marcada pela descontinuidade dos projetos educacionais. A preocupação com a educação brasileira surge na perspectiva assistencialista, com o intuito de promover a mínima inserção dos órfãos, pobres e desvalidos no mercado de trabalho. Com o advento da industrialização as ações governamentais ocorreram no sentido de

transformar o exército de reserva em mão de obra apta ao trabalho industrial. Como alerta Saviani “O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade atual contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser inseridos no mercado de trabalho. (2007, p.160).” Se constitui em nosso país uma dupla proposta educacional: uma voltada para a classe trabalhadora – técnica, e outra voltada para as elites – propedêutica.

Sobre a educação profissional no Brasil, as bases legais passaram por diferentes modificações. O maior desenvolvimento da atividade industrial no início do século XX evidenciou a necessidade do mercado de trabalho por uma mão de obra apta ao desempenho de atividades em setores da economia diversos. Em 1971, o decreto 5692 torna a educação profissional compulsória no 2º grau. Entretanto, sua implementação ocorreu apenas na escola pública e de maneira deficiente. Em 2004 esse decreto é revogado. Porém, a discussão sobre uma educação profissional integrada ao ensino médio não fica em segundo plano uma vez que faz parte das diretrizes do Banco Mundial. Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) – LDB versa que a educação profissional pode se dar de forma: concomitante, subsequente ou integrada.

Acerca do ideário da educação profissional vale pontuar que nas décadas de 1980-1990 vêm à tona na educação brasileira a organização da prática docente para a formação de competências onde o estudante se torna apto: a saber, saber fazer e, saber ser. Esta pedagogia centrada no aspecto cognitivo e atitudinal foi apropriada pelo capital, que

“[...] a educação profissional está vinculada a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – que sequer habilite o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível ao mercado de trabalho sob os designios do capital em sua nova configuração.”
(FRIGOTTO, p. 85, 2001)

adequou as competências às exigências do mercado de trabalho por uma mão de obra mais ajustada aos novos tempos, capaz de assumir a realização de diferentes processos, ser proativa e contribuir para a resolução de problemas na produção e adaptável para assumir diversos vínculos temporários.

Notadamente, as pressões das mudanças no padrão produtivo e seus impactos na escola pública com a urgência da educação profissional traz a tona questionamentos importantes acerca dos limites e possibilidades deste projeto para a classe trabalhadora. Vale destacar, que a necessidade da classe trabalhadora por um espaço no mercado de trabalho muitas vezes é possível apenas com uma profissionalização mínima. Por outro lado, o modelo de educação profissional ora posto em prática tem se mostrado incapaz de garantir essa inserção, visto que o aprofundamento do desemprego estrutural resulta das próprias características do metabolismo social do capital.



Imagem disponível em
<https://www.publico.pt/2013/09/01/jornal/quando-a-escola-deixar-de-ser-uma-fabrica-de-alunos->

A relação entre o trabalho deve ser desenvolvida nos marcos do trabalho concreto, como ação transformadora e construtora do meio e do próprio ser social. Entendemos a centralidade do trabalho na diferenciação entre o humano e os outros animais, sendo, portanto através do trabalho que homem produz sua própria existência e constrói seus conhecimentos através da transformação da natureza e de si mesmo. Este reencontro deve estar na base de construção de um projeto educacional emancipatório.

ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – A EXPERIÊNCIA CEARENSE

Em 2008 começa o funcionamento das EEEP's no estado do Ceará durante o governo de Cid Gomes. Sua implementação responde ao apelo pela formação profissional integrada ao ensino médio e faz parte da política para a educação expressa no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, regulamentado pelo Decreto nº 8.094, de 24 de abril de 2007 e no decreto nº 6.30212 de dezembro de 2007 que lança o Programa Brasil Profissionalizado.

Esses instrumentos legais discorrem sobre a melhoria da qualidade da Educação Básica, garantia de infraestrutura adequada, gestão compartilhada, participação da sociedade, qualificação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (MONTEIRO, 2015). A participação no Programa Brasil Profissionalizado garante assistência financeira da união aos estados participantes, mas

está condicionada a adesão e compromisso no cumprimento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Assim, a política de Educação Profissional do estado do Ceará dialoga diretamente como as demandas do grande capital pela formação de uma mão de obra adaptada ao mundo globalizado. Em outros termos, uma formação profissional que tenha como base o desenvolvimento do espírito empreendedor e assentada no paradigma da flexibilidade.

Os investimentos destinados à implementação e manutenção das EEEP's evoluíram de 2.734.025,15 em 2008, ano de inauguração das primeiras escolas, para cerca de 1.015.097.007,00 até 2014. Estas despesas dizem respeito a gastos com as obras para construção das escolas padrão MEC e adaptação de instituições já existentes que se converteram em Escolas Profissionalizantes, contratação de professores para a base técnica, pagamento da bolsa estágio, entre outros.

ANO	INVESTIMENTOS					
	Obras	Equipamento e	Veículos	Contratação	Bolsa Estágio	Outros
		Material		Professores		Investimentos
		Permanente		Área Técnica		
2008	2.734.025,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	38.007.544,50	6.269.554,55	0,00	4.141.243,71	0,00	4.324.581,82
2010	184.499.730,12	9.397.782,03	0,00	19.769.387,02	5.102.250,00	5.661.792,93
2011	104.492.647,08	25.664.938,58	0,00	24.564.978,46	5.599.362,06	1.483.443,87
2012	116.014.655,74	35.355.162,78	5.615.800,00	48.190.504,72	13.187.686,70	4.923.268,92
2013	66.928.741,56	5.719.271,21	0,00	58.210.218,96	19.453.243,95	3.643.538,33
2014	41.617.061,99	28.996.322,69	0,00	80.000.000,00	24.800.837,69	41.727.433,11
TOTAL	554.294.406,14	111.403.031,84	5.615.800,00	234.876.332,87	68.143.380,40	61.764.058,98

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas (SIAP/webmapp).

Inicialmente foram inauguradas, no ano de 2008, 25 escolas de educação profissional em prédios adaptados localizados em 20 municípios: Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Iguatu, Cedro, Sobral, Pacajus, Quixadá, Barbalha, Tauá, São Benedito, Redenção, Jaguaribe, Senador Pompeu, Crato, Santa Quitéria, Brejo Santo, Itapipoca, Tabuleiro do Norte e Crateús.

As escolas padrão MEC só foram inauguradas a partir de 2010, estas escolas diferenciam-se das demais por terem sido construídas exclusivamente para o funcionamento da EEEP e por apresentarem um padrão arquitetônico específico sendo composta por 12 salas de aula, 01 auditório, biblioteca, dependências administrativas,

ANO	QTD EEEP	TIPO DE PRÉDIO	
		ADAPTADA	PADRÃO MEC
2008	25	25	0
2009	51	51	0
2010	59	59	0
2011	77	59	18
2012	92	59	33
2013	97	59	38
2014	106	58	48
2015	113	51	62
2016	115	51	64
2017	116	50	67
2018	119	42	77
2019	122	42	80

Laboratórios Tecnológicos, de acordo com os cursos ofertados, Laboratório da base regular, ginásio poliesportivo, teatro de arena, refeitório, vestiários e sala para o grêmio estudantil.

Em 2018 o estado do Ceará já apresentava 119 unidades de escolas profissionalizantes distribuídas em 95 dos 184 municípios do estado. Logicamente a quantidade de alunos matriculados também apresentou uma marcante

evolução. No ano das primeiras inaugurações eram apenas 4.181 estudantes, em 2018 este número se multiplicou para 52.571 matriculados segundo dados da Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação Profissional – COEDP que compõe a Secretaria Estadual da Educação – SEDUC.

A formação técnica é desenvolvida com base em 12 eixos tecnológicos dos quais se desmembram os cursos ofertados. Os primeiros quatro cursos apresentados foram: Segurança do Trabalho, Enfermagem, Guia de Turismo e Informática. Atualmente as 122 EEEP's distribuídas pelo estado contemplam um total de 52 cursos que são oferecidos de acordo com as demandas do mercado local por profissionais de cada área.

A carga horária total cursada pelos alunos das Escolas Profissionalizantes, somando-se a base comum (que contempla as disciplinas das áreas de ciências da natureza, ciências humanas e linguagens e códigos.), base técnica (disciplinas relativas ao curso técnico e carga horária de estágio) e base diversificada (disciplinas complementares: empreendedorismo, mundo do trabalho, projeto de vida e projeto interdisciplinar), totalizam 5.400h.

Quanto ao modelo de funcionamento, as EEEP's surgem baseadas na experiência do Programa de Desenvolvimento de Centros de Educação Experimental (PROCENTROS) do estado de Pernambuco cuja escola piloto, o Ginásio Pernambucano, adotou o modelo de gestão do grupo Odebrecht para a educação – a TESE, através de um convênio firmado entre o Governo do estado de Pernambuco e o INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO no ano de 2001.

A Tecnologia Empresarial Odebrecht - TEO é um modelo gerencial que serviu de base para o desenvolvimento de uma série de ferramentas empresariais destinadas ao meio educacional. Os conceitos essenciais desta tecnologia são: a descentralização, a delegação planejada, a tarefa empresarial e os resultados. Nota-se que estes são os mesmos preceitos advindos do toyotismo incorporados à atividade industrial e que vem

sendo defendidos como ferramentas úteis para a educação profissional. A TEO destaca a disposição para servir e a vontade de superar os resultados como grandes potencialidades humanas que devem ser tidas como aliadas no crescimento dos negócios do grupo Odebrecht.

A TESE transplanta para o meio educacional a lógica empresarial alicerçada nos

“Assim, torna-se notória a crescente adoção de mecanismos de empresariamento na gestão da escola pública cearense por meio das parcerias público-privadas. Na visão marxista, é problemática a questão do Estado formador da classe trabalhadora, haja vista que este atua como o comitê executivo da classe burguesa. Todo o conteúdo formativo será voltado para seus interesses próprios.”
(MONTEIRO, 2015, p. 85)

conceitos de liderança, produtividade, qualidade total, entre outros. No âmbito escolar estes conceitos assumem a forma da pedagogia da presença, educação para o trabalho e delegação planejada. Percebe-se que o meio empresarial está presente de corpo e alma nas EEEP's, tanto na adoção da TESE como modelo de gestão, como nos treinamentos e formações ministrados para gestores e professores.

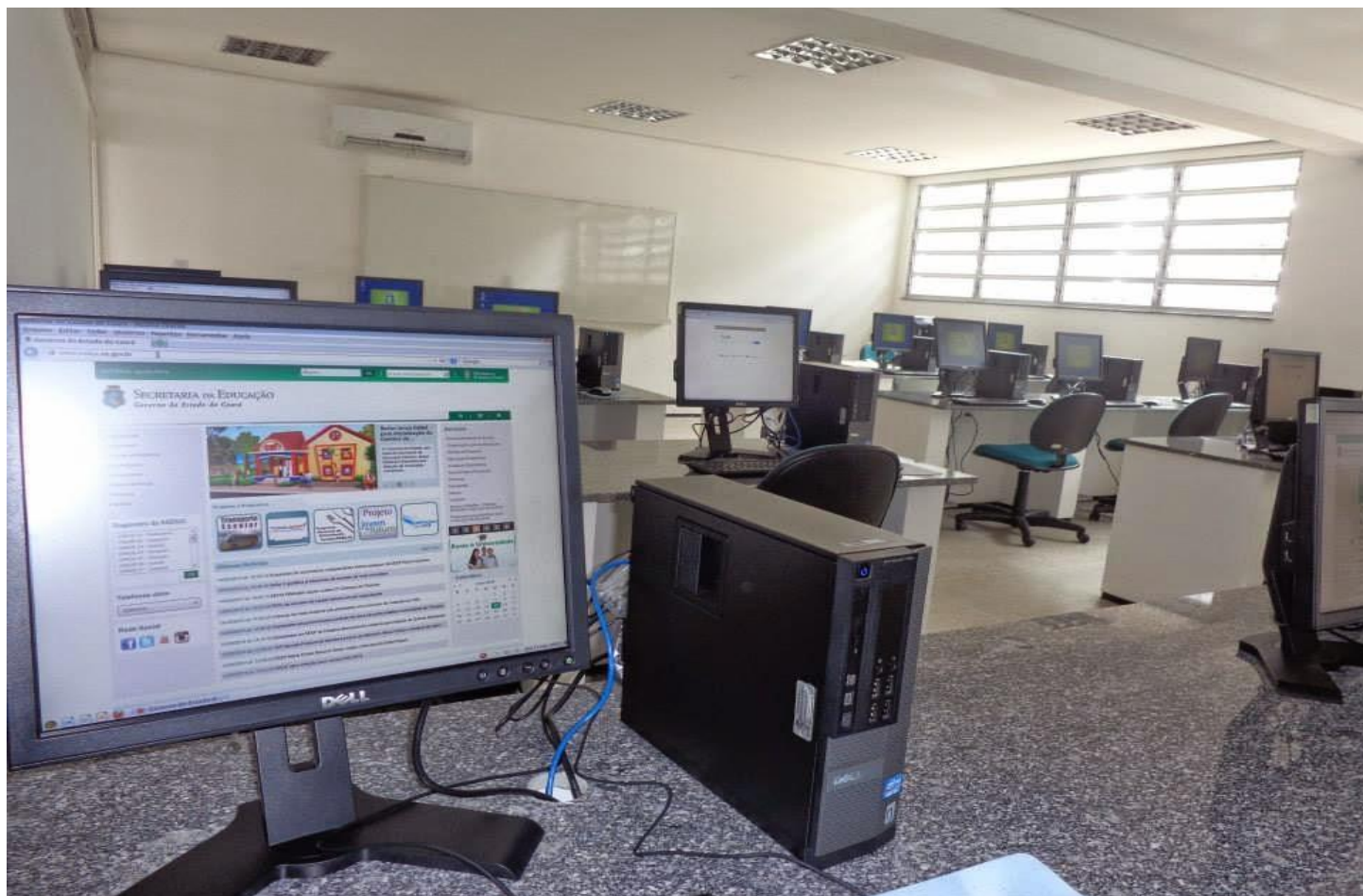
O funcionamento das EEEP's ocorre em meio às pressões mercadológicas por uma formação aligeirada de uma mão de obra dócil, adestrada e flexível. Em geral esses pressupostos são alcançados com a prática de uma pedagogia tecnicista e pela inculcação ideológica de um suposto perfil para inserção no mercado de trabalho baseado em práticas empreendedoras, criatividade e posse do conhecimento.

Ao término do ensino médio a posse do diploma técnico não tem concretizado as promessas de facilitar a entrada do mercado de trabalho. Muitos dos ex-alunos de EEEP's passam a desenvolver atividades informais e fora do seu campo de formação para conseguir garantir alguma renda. As práticas empreendedoras funcionam como

“A gestão de uma escola em pouco difere da gestão de uma empresa. Na realidade, em muitos aspectos, a gestão de uma escola apresenta nuances de complexidade que não se encontram em muitas empresas. Assim sendo, nada mais lógico do que partir da experiência gerencial empresarial acumulada para desenvolver ferramentas de gestão escolar.” (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, 2010, p. 3).

alternativa para sobrevivência assim como ferramenta usada pelo capital em crise para exploração do exército de reserva.





Imagens de Escolas Estaduais de Educação Profissional padrão MEC do Ceará. Respectivamente: Banner de divulgação da estrutura das EEEP's, frente da EEEP Marta Maria Giffone de Sousa localizada em Acaraú, pátio da entrada da EEEP Ícaro de Sousa Moreira localizada em Fortaleza, Laboratório de informática da EEEP Ícaro de Sousa Moreira e pátio central da EEEP Irmã Ana Zélia da Fonseca localizada em Milagres.





Imagens de Escolas Estaduais de Educação Profissional Adaptadas do Ceará. Respectivamente: Pátio da EEEP Professor Moreira de Sousa localizada em Juazeiro do Norte, entrada da EEEP Onélio Porto localizada em Fortaleza, entrada da EEEP Joaquim Nogueira localizada em Fortaleza, entrada da EEEP Manoel Mano localizada em Crateús e pátio da EEEP Manoel Mano.

A PRECARIZAÇÃO DA PRÁXIS DOCENTE NAS EEEP' S DO ESTADO DO CEARÁ

OS IMPACTOS DO IDEÁRIO EMPRESARIAL SOBRE A PRÁXIS DOCENTE

No que se refere à Educação profissional no Brasil é possível identificar que ao longo do seu desenvolvimento sempre estiveram presentes a instabilidade e exploração docentes. A ausência de uma política consciente de formação de professores para atuar nas escolas de Educação Profissional contribui para a precarização da prática docente nessas instituições.

As poucas iniciativas governamentais para a formação de docentes para a educação profissional se desenvolveram nos marcos dos interesses imediatos do mercado. Tanto a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás (1917) como a Escola Técnica Nacional (1942) que veio a substituí-la, objetivavam a formação de mestres e artífices para atuarem no ramo industrial contribuindo no treinamento dos trabalhadores das fábricas. A demanda por uma mão de obra qualificada para atuar nas indústrias na era Vargas e posteriormente na Ditadura Militar resultou em diversos decretos, programas e parcerias na perspectiva de atender a demanda por docentes para a educação profissional. A partir da redemocratização novas determinações legais são instituídas.

Percebe-se a imprecisão no que se refere à formação dos docentes para o ensino técnico. O texto do Decreto nº 2.208/1997 abre um grande leque de possibilidades ao afirmar que a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode realizar-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (DECRETO nº 2.208/1997, p.12).

Nas EEEP's a exploração da atividade docente é intensa e se relaciona com os objetivos de profissionalização no ensino médio como porta de entrada para inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nestas escolas vigora o discurso das competências e formação do perfil que atenda as demandas do mercado.

Aos docentes lotados em EEEP's também é apresentado um perfil de trabalhador, estes professores devem estar de acordo com a gestão empresarial desenvolvida nestas escolas. Para tanto os docentes que desejam trabalhar nestas instituições passam por um processo seletivo composto pela participação no seminário da TESE – onde é apresentado o projeto da escola, análise de currículo e entrevista. Uma vez selecionado o docente assina um termo de adesão ao projeto da EEEP.

Os professores são submetidos a uma nova



Imagem disponível em
<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/358/gerir-a-escola-como-empresa>

triagem mesmo que já tenham sido aprovados em concurso público, que é o caso dos professores efetivos, ou tenham sido admitidos no processo seletivo para professor temporário da rede estadual. A seleção específica para trabalhar nas Escolas de Educação Profissional, mais do que um constrangimento ao professor que já atua na rede de ensino, é um mecanismo de submissão destes docentes a forma de funcionamento destas

instituições. Vale ressaltar que a seleção para o quadro docente da EEEP é renovada a cada dois anos, cabendo ao núcleo gestor à renovação de contrato dos professores temporários ou sua rescisão.

O rendimento dos docentes nas EEEP's é avaliado bimestralmente nas chamadas reuniões diagnósticas. Momento no qual diversos aspectos atitudinais, didáticos e subjetivos são alvo da apreciação do corpo discente, que atribui os conceitos – regular, bom, ótimo e excelente, de acordo com análise feita pela turma. Neste momento os representantes de turma podem apresentar sugestões sobre como os professores podem melhorar seu desempenho.

“Dessa forma, a constituição do quadro docente das EEEP's ocorre de maneira direcionada a adequação dos profissionais ao modelo empresarial adotado, o qual prioriza a visão individualista-empresarial, em vista a formação de educandos dispostos a, pós-conclusão dos estudos médios, buscarem a sobrevivência empreendendo cada um por si.” (SABINO, 2015, p. 89)



Imagem disponível em <http://sinprominas.org.br/noticias/com-a-crise-aumenta-o-assedio-moral/>

Nas EEEP's os docentes devem ter dedicação exclusiva no período diurno, colocar em prática os preceitos da pedagogia da presença, educação para o trabalho e delegação planejada, além de serem proativos e flexíveis para assumir disciplinas da base diversificada (empreendedorismo, mundo do trabalho e projeto de vida).

Assumindo a escola como empresa do ramo educacional os trabalhadores da EEEP's são tidos como recursos a serem usados na produção da mercadoria - neste caso a educação profissional. É atribuída aos professores a responsabilidade pelo alcance de metas como aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, empregabilidade, elevação dos resultados no Sistema Permanente de Avaliação da

A pressão sobre a constante elevação dos índices é reforçada pelos critérios para obtenção da gratificação destinada aos funcionários das EEEP's, são eles: I – Aprovação de, no mínimo, 85% dos alunos da EEEP no ano letivo; II – Participação de, no mínimo, 85% dos alunos da EEEP no SPAECE do ano letivo; III – Média de proficiência geral, aferida pelo SPAECE, superior à média do Estado; IV – Inserção de todos os alunos do 3º ano da EEEP em estágio curricular, através da parceria com o setor produtivo e setor público.



Imagem disponível
<http://www.sosprofessor.com.br/blog/problemas-com-a-coordenacao-e-direcao/>

A esses professores é atribuída uma gama de outras atividades e responsabilidades além de ministrar sua disciplina. Este processo ocorre facilitado pela captura da subjetividade do trabalhador, materializado no discurso de que o sucesso ou o fracasso das metas depende do trabalho em equipe. Em geral a maioria dos docentes lotados em EEEP's está em contrato temporário. Vale lembrar que estes contratos tem duração de cerca de um ano, mas os docentes não tem nenhuma garantia trabalhista ou quanto à renovação do vínculo. Aparentemente os professores temporários apresentam um perfil mais adequado à lógica

empresarial que vigora nestas escolas.

Uma das atribuições mais relevantes nas Escolas de Educação Profissional é o Projeto Professor Diretor de Turma- PPDT, que também vigora em algumas escolas regulares, no qual um docente responsabiliza-se pelo acompanhamento do desempenho escolar de uma das 12 turmas. O PPDT teve início em 2008 sendo implantado nas 25 EEEP's inauguradas neste mesmo ano.

“Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. [O que resultou] em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição. O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

Os professores diretores de turma devem acompanhar uma série de quesitos do cotidiano escolar da turma sob seu encargo. É responsabilidade do docente PPDT monitorar a frequência e desenvolver estratégias para coibi-la, implementar ações para a redução da indisciplina e promover uma boa relação entre alunos e funcionários da escola.

Realizar o acompanhamento dos resultados bimestrais da turma, identificando e assistindo os casos mais críticos, além da construção de um dossiê composto por uma série de instrumentais de acompanhamento preenchidos no decorrer do ano letivo. Cabe também ao PDT ministrar a disciplina formação cidadã e estimular o desenvolvimento das competências socioemocionais que se relacionam com a habilidade de aprender, praticar e ensinar.

É possível identificar várias marcas do receituário Toyotista na TESE implementada nestas instituições, a busca de resultados mensuráveis, proatividade, espírito de liderança e trabalho em grupo, controle da qualidade, adaptabilidade, ensino utilitarista e constante preocupação com as demandas mercadológicas. Notadamente, o trabalho docente na perspectiva da formação completa e emancipatória não se esboça como prioridade nas EEEP's. A intervenção empresarial na educação constitui mais um ataque à autonomia da prática docente.

O grupo Odebrecht na redação da TESE chama as áreas de conhecimento (que no meio escolar são classificadas como ciências humanas, ciências da natureza, etc.) de Centros de Resultados Internos - CRI que são considerados como o lócus de execução do negócio da escola. Os centros de resultado se comunicam com as outras esferas escolares de forma horizontalizada descentralizada permitindo a participação de todos na concepção, execução e tomada de decisão, de acordo com o grau de maturidade de cada integrante (INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, 2010, p.15).

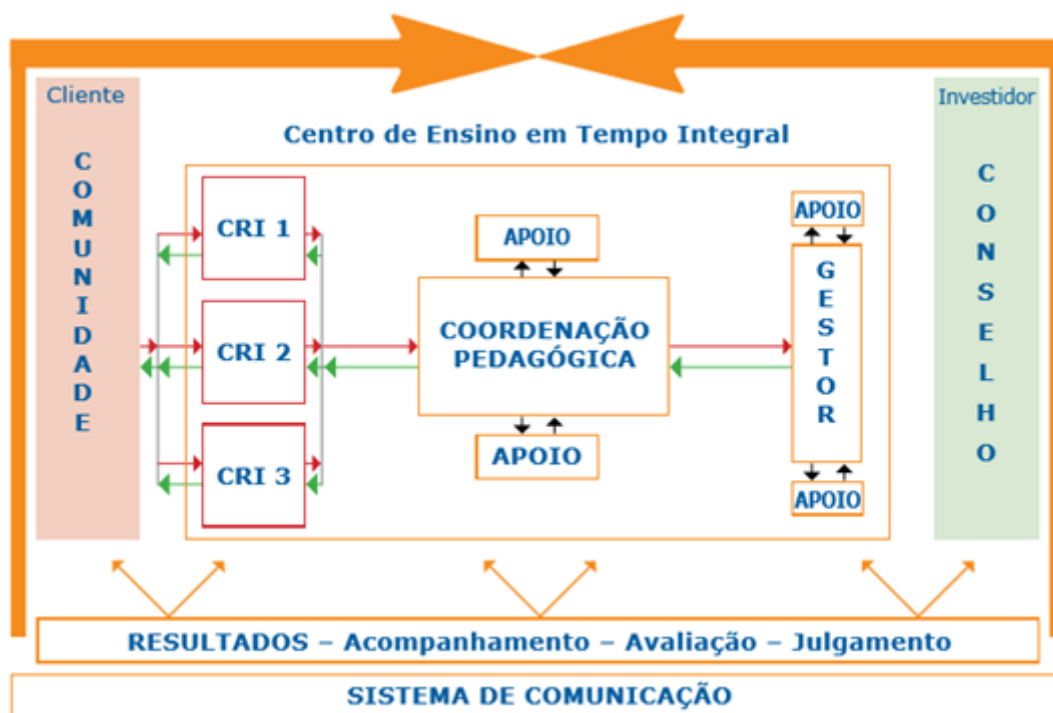


Imagem disponível <http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/programas/educacao-de-qualidade/escolas-em-tempo-integral/modelo-de-gestao>

É responsabilidade dos centros de resultados, realizar ações que coadunem com as necessidades da comunidade e satisfaçam os investidores sociais. Estas ações são operacionalizadas com o apoio da gestão e coordenação escolar devendo ser realizadas

constantes reuniões de acompanhamento, avaliação e julgamento acerca dos resultados alcançados.

“O controle sobre a força de trabalho do professor é percebido nas medidas de eficácia de resultados de suas atividades em sala de aula no controle do tempo que é efetuado e no crescimento da burocratização das tarefas diárias, que traduzem a racionalização das instituições de ensino a fim de enxugar substancialmente as suas finanças.” (VIEIRA, 2013, p. 36)

O uso dos termos horizontal, descentralização, execução, operacionalização, entre outros, não são mera coincidência. Em verdade, é expressão da ingerência empresarial no meio escolar pautada nos preceitos da acumulação flexível. A ideia de organização descentralizada e horizontal tem por objetivo mascarar a tensão existente entre os níveis hierárquicos dentro da escola. Os conceitos de execução e operacionalização injetam a sensação de maior racionalidade e controle das práticas pedagógicas.

Em resumo, é responsabilidade dos docentes garantir através de sua ação em

sala de aula que os alunos atinjam determinadas metas que foram desenvolvidas pelo Banco Mundial e absorvidas pelos governos federais, estaduais e municipais. As escolas de educação profissional são o principal laboratório de experimentação da gerência empresarial na educação e seus resultados servem de parâmetro do que pode ser considerada educação de qualidade na atual conjuntura.

NOTAS CONCLUSIVAS:
A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

CONHECER PARA RESISTIR

A atualidade e relevância da temática “Precarização do trabalho docente” se relaciona com o avanço do discurso acerca do papel da educação na qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. SAVIANI (2000) alerta que “(...) a escola está impregnada de ponta a ponta pelo aspecto político. Ela configura-se como um dos espaços em que os interesses contraditórios próprios da sociedade capitalista entram em disputa pela ‘apropriação do conhecimento’”. Os novos modelos de ensino, práticas e competências exigidas impactam diretamente o trabalho docente resultando no aprofundamento da precarização.

Deste modo as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes não se dão livremente. Nesse contexto, os professores são compelidos a assumir uma gama de atividades e responsabilidades cada vez maiores. Nas escolas de educação profissional essas práticas devem ser norteadas pelos princípios de formação para inserção no mercado de trabalho e práticas empreendedoras, exigindo-se dos professores o desempenho de uma série de ações que contribuam com esse objetivo.

O discurso da profissionalização como mecanismo de inserção no mercado de trabalho está presente nas políticas públicas para a educação e no Estado do Ceará e foi posto em prática com a criação das EEEP’s. A educação profissional integrada ao ensino médio se apresenta como alternativa viável na narrativa de que o esforço individual e a busca pela qualificação profissional são caminhos para a melhoria da qualidade de vida.

No que tange às atividades docentes é perceptível a designação de um perfil específico para lecionar nestas instituições. Nota-se que este perfil dialoga diretamente com o aprofundamento da precarização da práxis docente nestas escolas, através da exigência de dedicação exclusiva, sem compensação financeira, além da assinatura de um termo de adesão que trata da ideologia empresarial no ambiente escolar.

Neste sentido, identificamos que o que há de novo na precarização da práxis docente vigora atualmente nas EEEP’s e tende a se expandir nas demais escolas, visto que coaduna com os interesses atuais do Capital. Conhecer estes mecanismos de precarização, bem como identificar seus reais objetivos é um passo necessário para a construção de resistências.

Assim, torna-se necessária a tomada de consciência por parte dos docentes acerca destes ataques, como assevera Antunes (1995): decisivo aqui é referir que a consciência é originada no interior da vida cotidiana. É na cotidianidade que as questões são suscitadas e a busca

“Considera-se que a atividade docente relaciona-se com essa dupla determinação, tanto do ponto de vista dos conteúdos do seu trabalho, que tem sua gênese e finalidades demarcadas pelo mundo do trabalho, quanto pela forma de realização do trabalho escolar, como espaço de reprodução da existência individual e social.” (CALDAS, 2017, p, 57)

de respostas são realizadas. Nessa perspectiva, conhecer os fatos é um fator crucial para sua confrontação

Destacamos que o ideário empresarial em vigor nas EEEP's do Ceará constitui um novo marco no processo de precarização da práxis docente. Desnaturalizar a sobrecarga de atribuições, a pressão pelo alcance de metas definidos por atores fora da comunidade escolar e a crescente desvalorização da profissão, são passos importantes na construção da consciência acerca da realidade na qual os docentes estão inseridos. Entendemos que a categoria docente está em disputa, ora constrangida a adequar sua ação pedagógica aos objetivos estabelecidos pela classe dominante, ora construindo em sala de aula um espaço crítico resistindo aos limites do atual projeto educacional.

Vemos o docente, não como sujeito totalmente controlado pelo capital, apenas regido pela vida cotidiana e muito menos como sujeito de plena realização, mas cercado de determinações que podem gerar tanto estagnação como superação (CALDAS, 2017, p, 12). Assim, esperamos que este material venha a contribuir para esclarecer os reais objetivos da expansão da educação profissional e como esse fenômeno se desdobra em ataques diretos a categoria docente. Esperamos ainda que o debate sobre a temática resulte no surgimento de ideias e propostas para sua superação.

PROPOSTA DE UM CAMINHO A SEGUIR

...

Com a consolidação do modelo de sociedade neoliberal, as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora se tornam cada vez mais precárias. A maior inclusão da ciência e tecnologia no processo produtivo transforma a dinâmica social, no que se refere ao uso da força de trabalho. Dissemina-se a ideia da qualificação como passaporte direto de inserção no mercado de trabalho e da necessidade de uma mão de obra mais adaptável e flexível.

Essas transformações no processo produtivo repercutem diretamente na Educação através da implementação das diretrizes do Banco Mundial. O crescente discurso sobre a necessidade de profissionalização ainda no ensino médio é um reflexo desta conjuntura. A Educação é subsumida como aliada do Capital para a formação rápida de uma força de trabalho adaptada às novas demandas da produção flexível.

Neste cenário os professores adquirem um papel primordial como protagonistas desta formação. Assim, se torna necessário também um novo perfil de professor para o desempenho desta tarefa. Impõe-se aos docentes as mesmas características dos trabalhadores da indústria: flexibilidade, capacidade de realizar múltiplas tarefas, desempenho das atividades norteadas por prazos e metas, adaptabilidade e, principalmente, que docente contribua com o convencimento ideológico de que a inserção no mercado de trabalho depende exclusivamente da qualificação e do esforço individual.

Nas EEEP's essas novas exigências impostas à ação docente são postas em prática com o apoio do conjunto de concepções da TESE. Nota-se que o discurso acerca da relação

entre Trabalho e Educação é usado como ferramenta de convencimento e naturalização de uma visão de mundo individualista e meritocrática. Sendo assim, as possibilidades de resistência a essa concepção de educação, devem ser construídas justamente sobre a relação Trabalho e Educação.

Uma Educação profissional pautada no Trabalho como princípio educativo se estabelece como horizonte alternativo ao atual projeto de formação para a classe trabalhadora. A formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes. Evidentemente, esses aspectos continuarão sendo importantes, mas o objetivo macro é mais ambicioso e deve privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas do país, principalmente as educacionais, numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de modo que se deve priorizar mais o ser humano do que, simplesmente, as relações de mercado e o fortalecimento da economia (MOURA, 2008).

O trabalho como princípio educativo se desenvolve com foco na formação integral dos estudantes. Essa perspectiva promove a libertação da práxis docente dos limites da mera transferência de conhecimentos. Nesse processo educativo, o professor deve assumir outra atitude, forjada a partir de outro tipo de formação, que deve ser crítica, reflexiva e orientada pela responsabilidade social. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acríticos e definidos por especialistas externos para assumir uma atitude problematizadora e mediadora do processo ensino-aprendizagem sem, no entanto, perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento (FREIRE, 1996).

“É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido.” (FREIRE, 1996, p. 21)

Conclui-se que não é qualquer trabalho que deve ser tomado como princípio educativo. O trabalho alienado vigente no capitalismo nunca deve ser tomado como base para a construção de um projeto educacional, pois uma educação constituída nesse meio já existe, é a atual educação que apenas contribui com o aprofundamento das desigualdades e da exploração da classe trabalhadora. A retomada da relação entre o trabalho e a educação deve ser nos marcos do trabalho concreto, como ação transformadora e construtora do meio e do próprio ser social. Este reencontro deve estar na base de construção de um projeto educacional emancipatório tanto para os estudantes, quanto para os professores.

QUADRO-SÍNTESE DAS PRINCIPAIS MARCAS DA PRECARIZAÇÃO DA PRÁXIS DOCENTE NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ

Ausência de uma política consciente de formação de professores para atuar nas escolas de Educação Profissional.

Seleção específica para trabalhar nas Escolas de Educação Profissional, que mais do que um constrangimento ao professor que já atua na rede de ensino, é um mecanismo de submissão destes docentes a forma de funcionamento destas instituições.

Exigências de dedicação exclusiva no período diurno, e prática dos preceitos da pedagogia da presença, educação para o trabalho e delegação planejada, além de serem proativos e flexíveis para assumir disciplinas da base diversificada (empreendedorismo, mundo do trabalho e projeto de vida).

Atribuição e pressão sobre os professores acerca da responsabilidade pelo alcance de metas como aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, empregabilidade, elevação dos resultados no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE e Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

Os professores diretores de turma devem acompanhar uma série de quesitos do cotidiano escolar da turma sob seu encargo. É responsabilidade do docente PDT monitorar a infrequência e desenvolver estratégias para coibi-la, implementar ações para a redução da indisciplina e promover uma boa relação entre alunos e funcionários da escola. Realizar o acompanhamento dos resultados bimestrais da turma, identificando e assistindo os casos mais críticos, além da construção de um dossiê composto por uma série de instrumentais de acompanhamento preenchidos no decorrer do ano letivo. Cabe também ao PDT ministrar a disciplina formação cidadã e estimular o desenvolvimento das competências socioemocionais que se relacionam com a habilidade de aprender, praticar e ensinar.

Pressão pela constante busca de resultados mensuráveis, proatividade, espírito de liderança e trabalho em grupo, controle da qualidade, adaptabilidade, ensino utilitarista e constante preocupação com as demandas mercadológicas.

O rendimento dos docentes nas EEEP's é avaliado bimestralmente nas chamadas reuniões diagnósticas. Momento no qual diversos aspectos atitudinais, didáticos e subjetivos são alvo da apreciação do corpo docente, que atribui os conceitos - regular, bom, ótimo e excelente.

O QUE É O PROFEPT



O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional proporciona formação em Educação Profissional e Tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPT), visando tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Educação

LINHAS DE PESQUISA:

1. Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT: Trata dos processos de gestão e organização do espaço pedagógico que contribuam diretamente com os processos de ensino, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitem formação integral e significativa do educando.
2. Práticas Educativas em EPT: Trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANES, Rodrigo Roncato Marques. **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR [manuscrito]: formação, profissionalização e emancipação do professor**. 2018. CCCXXII, 322 f.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez ed., 1995.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BRASIL. MEC: **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em: 12 de abril de 2018.
- CALDAS, A. R. **Desistência e Resistência do trabalho docente: um estudo dos professores e professora do ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba**. TESE (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2007.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. **Banco mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?**. Educar, Curitiba, n.22.p.51-75, 2003. Editora UFPR.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a educação emancipadora**. Revista Perspectiva, Florianópolis: EdUFSC, v. 19, n. 1, p.71-87, jan./jun., 2001.
- INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Modelo de gestão: tecnologia empresarial socioeducacional (TESE)**. Recife, 2010. Disponível em: <<http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/programas/educacao-de-qualidade/escolasem-tempo-integral/modelo-de-gestao/>>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho na ontologia de Lukács.** – 3. Ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Moraes, 1999.

MOURA, D. H. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, p. 23-38, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBEIRO, A. F. **Taylorismo, fordismo e toyotismo. Lutas Sociais (PUCSP)**, v. v.19, p. 65, 2015.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Moraes, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTEIRO, Raquel Araújo. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducativa: a transposição da lógica empresarial para a escola pública.** 2015. 176p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Educação e Sociedade, V. 25, Nº 89, 2004.

SABINO, Thiago Chaves. **A educação profissional no Ceará: o projeto ensino médio integrado sob a crítica marxista.** 2015. 106p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações.** 7.ed. Campinas, Autores Associados, 2000. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 40).

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação.** v.12 n.34 jan./abr.2007.

SOUZA, Antonia de Abreu. **As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo. Educação profissional: análise contextualizada** Antonia de Abreu Sousa, Elenice Gomes de Oliveira[organizadoras]. – Fortaleza: Edições UFC, 2014.

VIEIRA, Elisandra Félix. **Os sentidos e significados que professores atuando em escolas de periferia constituem para as dificuldades e desafios encontrados na sua**

profissão. 2013. 174p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Mestrado em Educação – Psicologia da Educação. São Paulo. 2013.